

DA FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO AO ESTADO DO IGUAÇU

Isa Marta Batisti¹
Edson Belo Clemente de Souza²

RESUMO: A criação de novos territórios, que ocorreu em várias regiões do país no início do século XX, foi decorrente de ações políticas que visavam promover o desenvolvimento econômico e social e proteger as fronteiras nacionais. Seguindo esse pensamento, o governo de Getúlio Vargas criou o Território Federal do Iguazu (TFI), a partir do desmembramento das regiões Oeste e Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina, que foi consubstanciado em 13 de setembro de 1943. A criação do TFI tinha como principal objetivo explorar os recursos da região em questão, já que o país, neste período, apresentava um significativo crescimento econômico, procurando assim, explorar melhor os recursos de seus territórios. Atualmente, quando cogitada a idéia do retorno do TFI ou do Estado do Iguazu, o assunto contextualiza-se em uma nova realidade, pois tanto o país quanto a região em questão estão inseridos em outra realidade política e econômica – neoliberalismo –, na qual a concorrência e a dependência entre os países – mercados – torna-se cada vez mais forte. Assim, a criação de um novo território, implicará na reterritorialização da região Oeste Paranaense, que poderá significar desdobramentos imensuráveis tanto no aspecto político, como também econômico, social e cultural dos espaços envolvidos.

PALAVRAS-CHAVE: Território, Estado, região Oeste

1 INTRODUÇÃO

A ação do governo, na criação de novos territórios, foi marcante na década de quarenta e deixou fortes traços nas regiões que foram reterritorializadas.

No início dos anos 40, o Brasil está se reorganizando na economia capitalista, e em decorrência disso, surge uma nova configuração espacial para que se possa explorar melhor os recursos do território nacional. Cria-se então o Território Federal do Iguazu - TFI, a partir do desmembramento das regiões Oeste e Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina.

Através do TFI, a região Oeste Paranaense – base desse estudo – passa a ser ocupada e colonizada, respondendo as expectativas do governo, por ser fonte de recursos naturais, e passa a ser o foco dos investimentos governamentais e privados.

Por isso, a reterritorialização ocorrida na região Oeste Paranaense não somente foi uma reorganização espacial como foi o ponto de partida para o desenvolvimento econômico-social de uma região que atualmente é considerada como uma das melhores do Paraná. Assim, quando esta volta a ser alvo de uma reterritorialização – retorno do Estado do Iguazu – criam-se várias expectativas, de um lado, espera-se que ocorra um maior desenvolvimento econômico e social do novo Estado, e de outro, estima-se que o Paraná perderia uma de suas maiores fontes econômicas. O TFI acarretaria não somente numa perda socioeconômica como numa perda territorial para o Estado do Paraná, que será evidenciado aqui.

A criação de novos territórios, que ocorreu em várias regiões do país, no início do século XX, é decorrente de ações políticas que visavam promover o desenvolvimento econômico e proteger as fronteiras nacionais de uma possível invasão estrangeira.

¹ Acadêmica do curso de Geografia da Unioeste (MCR) e bolsista do PIBIC/Unioeste/PRPPG.

² Professor Doutor do Colegiado do curso de Geografia da Unioeste (MCR) e do programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Unioeste/ Toledo. Pesquisador do GEPEC – Grupo de Pesquisa em Agronegócio e Desenvolvimento Regional.

O período de grande instabilidade política, resultado da disputa entre paulistas e sulistas pelo poder nacional, também marcou o cenário do país e em 24 de outubro de 1930 o presidente Washington Luis é deposto, conseqüentemente, o governo é entregue a Getúlio Vargas. Este, com o apoio de importantes oligarquias regionais e fortes ações - entre elas de criar novos territórios a fim de nacionalizar e integrar e desenvolver o país - passa a mudar não só a história, mas também a configuração espacial de várias regiões, como a região Oeste do Paraná, com a criação do TFI, consubstanciado em 13 de setembro de 1943.

Nesse período, o país está sob a política nacional desenvolvimentista, promovendo o seu desenvolvimento econômico através da industrialização, cujo carro chefe foi a “substituição de importações”. A década de quarenta foi significativa na retomada do crescimento econômico, especialmente via industrialização, em setores como o têxtil, de alimentos e bens de consumo, favorecidos pela mão-de-obra imigrante. O país passou então a dar seus primeiros passos no mercado capitalista, tendo o Estado como grande alavancador e regulador do sistema, no chamado Capitalismo Monopolista de Estado.

A criação do TFI estava então inserida no projeto de nacionalização que o governo federal pretendia por em prática. A nova territorialização era necessária, uma vez que, ocupadas as regiões fronteiriças, estas passariam a se integrar ao restante do país.

Segundo Lopes (2002), a criação do TFI só pode ser concebida como um ato de ocupação definitiva da faixa fronteiriça, para romper o isolamento e afastar o perigo que rondava a região. A redivisão territorial tinha como objetivo facilitar a ação governamental, no sentido de recuperar as regiões fronteiriças que se encontravam em total abandono.

Portanto, o Estado, nesse período, estava preocupado em explorar melhor seu território em prol do desenvolvimento social e econômico do país, como uma forma de manter uma soberania sobre estas áreas – em especial nas áreas fronteiriças – procurando assim reterritorializar – criar novos territórios dentro dos já existentes – em alguns Estados da nação. Conforme o noticiário da época, “*A organização do Território do Iguacu virá, sem dúvida alguma, contribuir para fortalecer ainda mais os vínculos da unidade nacional e abre novas perspectivas ao desenvolvimento social e econômico do Oeste do Paraná*” (GAZETA DO POVO, 15/09/1943, apud 24/11/2003).

Mas para essa reterritorialização era imprescindível a ocupação, e entre os vários projetos governamentais de povoamento das regiões interioranas, sem dúvida, a “Marcha para o Oeste” foi a mais expressiva, pois a mesma deu início à ocupação das regiões Oeste e Sudoeste do Paraná, as quais posteriormente, formariam o Território Federal do Iguacu. Em síntese, a Marcha para o Oeste nada mais foi que a ocupação e colonização do Oeste do Paraná a partir de ações políticas postas em prática durante o governo de Vargas, ações segundo Gregory (2002), baseadas no nacionalismo e sobre um Estado fortalecido e centralizado, buscando a integração nacional. A Marcha para o Oeste foi um movimento político, no qual o governo procurou evidenciar e nacionalizar as regiões Oeste de Santa Catarina, Oeste e Sudoeste do Paraná e regiões onde a população tinha ligação direta com os países vizinhos, Argentina e Paraguai. A Marcha para o Oeste também favoreceu a implantação de companhias colonizadoras nacionais nessas regiões.

O caráter nacionalista, reforçado por Getúlio Vargas e toda a sua comissão governamental, pregava a nacionalização e povoação do Oeste Paranaense que, no início do século XX, tinha sua cultura e economia influenciadas pelos países vizinhos, em especial, pela Argentina, uma vez que os argentinos habitavam a região Oeste do Paraná. A ocupação estrangeira e o abandono levaram o governo a criar uma comissão para ocupar e nacionalizar o Oeste do Paraná, tornando-o brasileiro.

A partir da “nacionalização” dessa área é que a Marcha para o Oeste começou a reconfigurar o território do Paraná, com a construção de estradas, repartições públicas, escolas, postos de saúde, e a retirar da região de toda a riqueza existente, pois, mesmo

esquecida, era de conhecimento de todos que tal região era muito rica em recursos naturais. Tanto, que já tinha sido palco de disputa territorial entre Brasil e Argentina na Guerra de Palmas³.

Ocupadas e colonizadas as terras do Oeste do Paraná, o governo usa como argumento para criar o TFI, a criação de um Estado independente, pois, conforme o mesmo, até então, tanto o Estado do Paraná quanto o de Santa Catarina (uma vez que o território do Iguazu também abrangia o oeste de Santa Catarina) não tiveram poder necessário para colonizar estas áreas, que estavam abandonadas.

No que diz respeito à Marcha para o Oeste, Wachowicz (1987) coloca que

(...) o principal objetivo não confesso, era abrir caminho para a expansão do capital e colonização gaúcha (...). Mas o objetivo do grupo que controlava o governo federal, chefia do por Getúlio Vargas, era subtrair o controle desses estados a sua parte oeste, para que melhor atendessem aos interesses dos capitalistas e em consequência das companhias colonizadoras gaúchas (p. 147).

Segundo o mesmo autor, a criação do TFI nada mais foi do que uma “jogada” política, pois tinha como objetivo favorecer as companhias gaúchas que estavam atuando nessa região. O governo concedia terras às empresas colonizadoras e estas, em troca prestavam serviço ao Estado. Assim, a região Oeste do Paraná passa a se desenvolver por meio da ação do Estado, que incentivava o investimento de capital nessas fronteiras.

Segundo outro autor,

(...) estes eram mecanismos interessantes de estruturação de novos espaços sociais distantes dos centros mais dinâmicos da sociedade brasileira que começaram a se desenvolver, passando a constituir em áreas de desenvolvimento emergente. (GREGORY, p. 69)

É o desenvolvimento emergente do Oeste do Estado que preocupa os governantes do Paraná, pois agora, a atenção e os investimentos estão voltados ao novo território, não mais somente à capital. Agora, o novo Estado, dependente de sua própria capacidade administrativa, atende mais às necessidades da sua população, que a capital curitibana atendia anteriormente.

É com a queda do governo de Getúlio Vargas (1945), que se passa a discutir a volta das terras do TFI para o Paraná, a fim de reterritorializá-lo. Passa-se a discutir, na Assembléia Nacional Constituinte (ANC), a extinção tanto do território do Iguazu, quanto do Território de Ponta Porã, localizado no extremo Oeste do Mato Grosso do Sul. A maioria da população do TFI era a favor da permanência do território, o que reforça a sua importância para o desenvolvimento da região, pois a sua criação, a princípio, atingiu os objetivos de povoar, defender, sanear, desenvolver e integrar a região Oeste do Paraná (LOPES, 2002).

A reação da população à volta do TFI ao Estado do Paraná não chegou a tomar vultos grandiosos, como alguns movimentos separatistas que ocorreram durante o séc XIX, como a Cabanagem (Grão-Pará – 1835-1840) ou a Guerra dos Farrapos (Rio Grande do Sul – 1835-1845), mas o motivo pelo qual se queria a separação do território – no caso da Guerra dos Farrapos e da Cabanagem – e/ou a permanência – como no caso do TFI – eram os mesmos em ambos os movimentos. Todas as regiões citadas acima, até certo momento, eram abandonadas

³ A Guerra de Palmas ou a Questão das Missões foi à disputa entre a Argentina e Brasil pela posse das terras da região Sudoeste e Oeste do Paraná. Quando foi definida a linha divisória entre os dois países, a Argentina reivindicou que a fronteira seguisse os rios Chapecó e Chopim (assim, o Sudoeste do Paraná pertenceria à Argentina). Já, o Brasil, defendia que a fronteira ocidental seguisse os rios Santo Antônio e Peperi-Guaçu. Em fevereiro de 1895 o Brasil ganhou a causa e toda a região do território das Missões, situada entre os rios Uruguai, até os afluentes do Santo Antônio e Peperi-guaçu passou a pertencer ao Brasil.

pelo Estado. Por meio da revolta procuravam sua independência. O Território do Iguazu, no entanto, já tinha alcançado sua independência, bem como seu desenvolvimento, saindo da condição de região selvagem para um Estado próspero, e autônomo. Quando cogitada a idéia de reintegração do território ao Paraná, a população reagiu contrariamente, temendo que a região voltasse a ser esquecida, e que sofresse um conseqüente regresso econômico.

O abandono e o descaso do governo, perante algumas regiões do território nacional deu origem a esses movimentos. A Guerra dos Farrapos, por exemplo, foi uma luta sul-riograndense contra o governo que colocava obstáculos frente ao desenvolvimento do país e principalmente, ao desenvolvimento do Rio Grande do Sul, um Estado considerado o celeiro do país, que vivia do comércio interno e abastecia outras províncias. Segundo Sodré (1986), a decisão de separar a província, originava-se da impossibilidade do avanço econômico e social da mesma sob um governo que visava submetê-la à escravidão e ao despotismo abominável.

Essa guerra tinha como líder Bento Gonçalves e reunia as classes dos proprietários das estâncias e de gado e a peonada. Sodré (1986) salienta que a Guerra dos Farrapos foi, em parte, a luta entre o campo e a cidade. De um lado, lutando pela separação, encontravam-se os habitantes das campanhas, que viviam do pastoreio, e do outro, encontravam-se os habitantes do litoral, que viviam da lavoura e do comércio, fiéis ao Império, estando o governo apoiado por esses moradores para manter a luta.

Outro movimento separatista de destaque foi a Cabanagem, rebelião que antecedeu a Guerra dos Farrapos. Teve como ponto de partida a revolta da camada pobre, que lutava contra a miséria e o abandono, pela liberdade e independência, uma vez que o povo do Pará era esquecido pelo governo. Tinham como dirigente liberal, Batista de Campos, que em 15 de agosto de 1823 chegou a conquistar a independência da província.

A diferença em relação a outros movimentos da época reside no fato de que a Cabanagem se caracteriza principalmente pela luta de classes, na qual de um lado estava a camada mais pobre, e do outro, a classe dominante.

Outro movimento separatista que teve caráter de luta de classe foi a Sabinada, que difere da Cabanagem por reunir elementos da classe média, que visavam solucionar os problemas econômicos que a província enfrentou naquele período, como também procuravam solucionar os problemas do país. Por isso, a Sabinada é considerada um movimento de caráter republicano e por ter origem na classe média, o movimento não alastrou seus efeitos a toda população, ficando restrito apenas entre a classe na qual teve início.

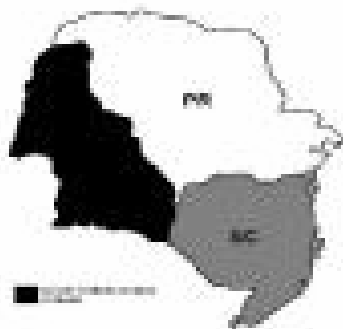
Dentre os movimentos separatistas, a Balaiada, revolta ocorrida em Grão-Pará, foi o movimento popular mais violento que ocorreu no país. Teve como principal líder Raimundo Gomes e reuniu a camada mais pobre e miserável, com negros, índios e brancos desfavorecidos que lutavam contra a miséria e o abandono do governo local, que até então, estava nas mãos dos portugueses. Sodré (1986) pondera que a *“liberdade é antes de tudo, a rebelião de massa”*, sendo esse o ponto que mais caracterizou a Balaiada.

Todos os movimentos têm algo em comum com as pequenas manifestações populacionais que ocorreram no Oeste do Paraná – manifestações estas que não passaram de discussões e depoimentos de grande parte da população que era contra a volta do Território do Iguazu ao Estado do Paraná. Todos os envolvidos lutavam pelo reconhecimento de sua região, tanto econômica, quanto culturalmente, protestavam contra o governo que, até então, tinha fechado os olhos e levado às regiões a miséria e abandono. Agora que a região Oeste havia prosperado, esse mesmo governo requeria sua volta ao Estado. Esse “abandono” que gerou insegurança à população do TFI, culminando no medo de que, depois da reintegração, a mesma voltaria a ser esquecida.

Os políticos curitibanos utilizavam, como argumento para a reintegração do TFI ao Paraná, os estudos de Teixeira de Freitas, que abordava a extinção do território, pois estaria fora do padrão, *“enquanto o TFI correspondia a 65.854 km², sendo 51.452 km² oriundos do*

Paraná – correspondendo a 25,75% de sua área – e 14.402 km² provenientes do Estado de Santa Catarina - 15,16% de suas terras. O tamanho ideal para cada Estado brasileiro seria entre 250 a 350.000 km². Não tinha cabimento dividir o Paraná e Santa Catarina que já tinham territórios inferiores – Paraná 199.897 km² e Santa Catarina 94.998 km² – para criar um novo Estado” (LOPES, 2002, p. 119).

FIGURA 1 – Nova organização espacial dos Estados do Paraná e de Santa Catarina após a criação do Território do Iguaçu.



Fonte: Da autora, confeccionada com base em Lopes, p.120 (2002).

Assim, com muitos argumentos e números e com Getúlio Vargas fora do poder, os políticos paranaenses conseguiram reintegrar o TFI ao Estado em 1946⁴. Segundo Lopes (2002), o TFI conseguiu atingir seus objetivos, que eram a ocupação e integração da região do Iguaçu.

Hoje, quando se fala sobre uma nova territorialização do Estado do Paraná, a discussão passa a ser maior e mais preocupante, se comparada a da década de 1940. Atualmente, tanto o Estado do Paraná quanto o país, passam por um processo de interligação entre os Estados e nações – globalização, em que um país é dependente de outro e vice-versa – sendo que o neoliberalismo, prática de produzir mais livremente e mais barato sem a interferência do Estado, promove a concorrência no mercado globalizado, mudando a economia de vários países, entre eles o Brasil. Ou seja, a conjuntura econômica e política contemporânea demonstra um quadro adverso ao daquele da criação do TFI.

O Brasil incorporou a política neoliberal mais intensamente a partir da década de 1990, favorecendo a entrada de mercadorias estrangeiras e a privatização com participação de acionistas internacionais.

As alianças comerciais, no Mercosul – Mercado Comum no Cone Sul –, implantado em 1991, com a participação da Argentina, Paraguai e Uruguai mudou sua conjuntura econômica e seus Estados desenvolveram-se seguindo esse mercado, e dentre os mais dinâmicos está o Paraná.

⁴ Com a queda do Estado Novo (a Ditadura de Vargas) em 1945, os paranaenses mobilizaram-se para extinguir o TFI e reconquistar os 25% da área perdida. Na Faculdade de Filosofia e Letras do Paraná surgiu o primeiro movimento, que, logo após a eleição da Assembléia Constituinte, ganhou mais força e tornou-se mais ativo. O TFI deixou de existir no dia 18 de setembro de 1946, pelo artigo 8º do Ato das disposições Transitórias da Constituição dos Estados Unidos do Brasil. O Paraná tinha recuperado os 51.452 Km² que o decreto de Getúlio Vargas tirou-lhe.

2 O PARANÁ HOJE

O Paraná do séc. XXI difere, e muito, do Paraná do final do séc. XIX, época em que era um dos Estados de menor importância da Federação, estando abaixo do Pará, Maranhão, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia, entre outros.

Em 1889, o Estado era pouco desenvolvido, tinha 39 municípios e uma população praticamente interiorana, que vivia basicamente da agricultura. Apresentava grande deficiência de comunicação, poucas indústrias que se resumiam à fabricação de móveis, calçados, telhas, tijolos, licores, aguardentes etc. Em menos de meio século, o cenário começou a mudar e o Paraná, por meio de seus grandes desempenhos econômicos, torna-se um dos principais Estados do Brasil, impulsionado, primeiramente, pela vinda de empresas colonizadoras e posteriormente, por empresas industriais.

Povoado e industrializado, o Paraná passou de insignificante Estado da Federação, para Estado celeiro do país. Em decorrência da industrialização, houve uma crescente urbanização no Estado – tanto na capital, quanto em cidades interioranas como Cascavel, Ponta Grossa e Londrina – e um grande êxodo rural, ocorrido principalmente na década de 1970. O Estado, que tinha maior população rural passou a urbano (81,4%, em 2000), o que corresponde a 7.781.664 habitantes, sendo que a população rural responde por apenas 18,6% de toda população, ou seja, 1.776.790 de habitantes (<http://www.portalbrasil.com.br>) (Ver Tabela 1).

TABELA 1 – População Residente no Paraná (2000 *)

População	Região Metropolitana de Curitiba	%	Estado	%
Urbana	2.499.239	91,7	7.781.664	81,4
Rural	226.390	8,3	1.776.790	18,6
Total	2.725.629	100	9.558.454	100

Fonte: Elaboração Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informação (CEI).

*Resultados preliminares

Rico em mineração e energia – capacidade de produzir 12.600MW (Usina Hidrelétrica de Itaipu) – o maior produtor de energia do país, também se destaca dentro da agropecuária nacional, sendo o segundo maior produtor de batata do país, além de ocupar o segundo lugar na criação de aves, o que corresponde a 40% de toda a produção nacional de aves. Também detém o terceiro maior rebanho de suínos do país e 6% do rebanho nacional de gado de corte (www.celepar.com.br).

O Paraná responde por 6% do PIB nacional, sendo sua composição representada por 14% do setor agropecuário, 39,7% do industrial e 46,2% do setor de serviços. O PIB per capita é de R\$ 6.882 (2000), e apresenta IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de 0,786 (2000) (<http://www.portalbrasil.com.br>).

Segundo o Iparades – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – as regiões Oeste e Sudoeste do Paraná se destacam por apresentarem melhor conjunto de medidas – longevidade (esperança de vida ao nascer), taxa de frequência escolar, alfabetização de adultos, renda per capita municipal – sendo assim, portadoras dos melhores IDH-M. Dos vinte municípios com maior IDH-M do Estado, onze são da região Oeste e três da região Sudoeste. O Oeste Paranaense possui os maiores índices referentes à esperança de vida ao nascer, e também se destaca por apresentar os maiores resultados referente à renda, com metade de seus municípios apresentando renda per capita superior a R\$250,00 (Ver Tabela 2).

TABELA 2 – Melhores Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) do Estado do Paraná

Municípios	Esperança de vida ao nascer	Taxa de alfabetização de adultos	Taxa bruta de frequência escolar	Renda per capita	Índice de esperança de vida	Índice de educação	Índice de PIB	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	Ranking Estadual
Curitiba	71,570	0,966	0,904	619,822	0,776	0,946	0,846	0,856	1
Q. Pontes	77,665	0,976	0,881	308,472	0,878	0,944	0,729	0,850	2
Pato Branco	76,068	0,932	0,945	367,002	0,851	0,937	0,758	0,849	3
Entre Rios	77,309	0,963	0,844	337,951	0,872	0,923	0,745	0,847	4
Maripá	77,517	0,952	0,889	308,038	0,875	0,931	0,729	0,845	5
Maringá	72,215	0,946	0,923	465,371	0,787	0,938	0,798	0,841	6
Palotina	74,050	0,922	0,924	360,610	0,817	0,922	0,756	0,832	7
Mal.C.Rondon	73,479	0,957	0,882	341,714	0,808	0,932	0,747	0,829	8
Toledo	74,398	0,924	0,934	309,473	0,823	0,927	0,730	0,827	9
Londrina	71,371	0,929	0,873	439,345	0,773	0,910	0,788	0,824	10
Pato Br agado	74,995	0,947	0,836	292,170	0,833	0,910	0,720	0,821	11
Cianorte	75,943	0,896	0,825	312,630	0,849	0,873	0,732	0,818	12
Mercedes	74,050	0,934	0,771	349,047	0,817	0,880	0,750	0,816	13
Pinhais	74,298	0,942	0,824	292,982	0,822	0,902	0,721	0,815	14
Cascavel	69,604	0,930	0,951	347,008	0,743	0,937	0,749	0,810	15
Tupãssi	75,909	0,876	0,875	264,649	0,848	0,876	0,704	0,809	16
N.STA.Rosa	72,358	0,951	0,881	216,162	0,789	0,928	0,702	0,806	17
Pranchita	76,506	0,866	0,793	254,466	0,858	0,855	0,697	0,804	18
P.Grossa	70,885	0,943	0,846	318,216	0,765	0,911	0,735	0,803	19
Capanema	76,436	0,900	0,808	233,215	0,857	0,869	0,683	0,803	20

É o setor agrícola que faz com que o Paraná se destaque dentro da produção nacional. Em 2003, a produção industrial paranaense cresceu 7,6%, contra a média nacional de 1,1% (IBGE 12/2003). Segundo o IBGE (Instituto brasileiro de Geografia e Estatística), a economia paranaense é influenciada diretamente pelo setor agrícola. A região oeste se destaca mais uma vez, dentro do cenário paranaense, apresentando-se como a 3ª região do Estado em produção animal, 1.250.125 (em mil cabeças, efetivo de bovinos, suínos e aves) e a primeira região do Estado em valor de produção animal e vegetal do Paraná, o que corresponde a 1.148.468 (valor de produção em mil reais) (Tabelas 3 e 4).

TABELA 3 – Tabela de Efetivos de bovinos, suínos e aves, segundo mesorregiões do Estado do Paraná (em mil cabeças)

Mesorregiões	Efetivo de bovinos, suínos e aves (em mil cabeças)
Noroeste	2.593.408
Norte Central	1.692.093
Oeste	1.250.125
Norte Pioneiro	960.845
Centro Sul	852.776
Sudoeste	752.998
Centro Leste	698.320
Centro Oeste	654.008
Sudeste	254.709
Total	9.709.282

Fonte: IBGE (1996).

TABELA 4 – Tabela de valor de produção animal e vegetal, segundo mesorregiões do Estado do Paraná (em mil reais)

Mesorregiões	Valor da Produção (em mil reais)
Oeste	1.148.468
Norte Central	924.882
Centro Leste	565.998
Sudoeste	563.308
Noroeste	521.468
Norte Pioneiro	453.108
Centro Sul	424.676
Centro Oeste	419.008
Sudeste	303.252
Total	5.324.168

Fonte: IBGE 1995

A balança comercial do Paraná apresentou (novembro de 2003) superávit de 147 US\$ milhões, com o Estado exportando US\$ 519 milhões e importando US\$ 372 milhões no mês, atingindo no acumulado de vendas externas US\$ 6,59 bilhões (2003). De acordo com o Relatório Mensal do Centro Internacional de Negócios (CIN), da Federação das Indústrias do Paraná, o Estado responde a 15,3% do superávit brasileiro, que atingiu US\$ 22 bilhões no ano de 2003.

Em 2003, o Paraná exportou para a China – que absorveu 10,74% do total das exportações do Estado (US\$ 709 milhões) – para os EUA (US\$ 964,5 milhões), União Européia – com 29,9% do total exportado pelo Estado – Israel (com elevação nas vendas de 268,95% em 2003, em relação ao ano de 2002) entre outros países. Dentre os principais blocos econômicos do mundo, o comércio com o MERCOSUL responde a 4,51% e evoluiu em 2002, com expansão de 86,24%.

Segundo o presidente da FIEP, Rodrigo da Rocha Laures, o Paraná é o terceiro Estado do país em desempenho econômico (<http://www.tudoparana.globo.com>).

O Paraná é o Estado que apresentou os melhores índices de geração de empregos do país em 2003, sendo o setor da agroindústria o grande responsável por esse resultado. Assim demonstra o estudo realizado pelo Ministério do Trabalho e pelo Iparde, juntamente com o IBGE.

3 O OESTE DO PARANÁ

A região Oeste compreende um conjunto de cinquenta municípios que abrangem uma área territorial de aproximadamente 220.811 Km² (11,5 % da área estadual). De acordo com o Iparde (Base de Dados, 2000) [contagem da população], as três microrregiões detêm uma população estimada em 1.137.536 habitantes, sendo que estes se subdividem em:

- * Microrregião Geográfica de Foz do Iguaçu: 399.152 habitantes;
- * Microrregião Geográfica de Cascavel: 394.792 habitantes;
- * Microrregião Geográfica de Toledo: 343.592 habitantes.

Através de intensas atividades comerciais, encontradas principalmente nos pólos econômicos regionais – Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo –, além de produção agrícola de destaque, resultante de condições pedológicas e climáticas que favorecem essa atividade e, por meio de uma participação industrial, voltada principalmente à agroindústria regional, a região Oeste acaba se inserindo cada vez mais no Estado do Paraná.

A região Oeste passou a se destacar dentro do cenário econômico paranaense a partir da década de 1940, quando essa região passou a ser colonizada por companhias colonizadoras vindas de outras regiões do país, dentre as companhias, a MARIPÁ (Indústria Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S.A.), foi uma das mais importantes, pois além de ocupar e colonizar foi responsável pelo desenvolvimento de várias atividades econômicas na região em questão.

A primeira, e uma das mais importantes atividades econômicas que se deu foi a extração de madeira e erva-mate. A madeira era exportada para países vizinhos e até para a Europa. A extração de madeira foi intensa até meados da década de 1950. Com a escassez de madeira, a MARIPÁ passou a atuar na mercantilização de terras – que eram vendidas para colonos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina –, e posteriormente no comércio.

No que se refere à industrialização, está se resumia a carpintarias, serrarias, moinhos e oficinas, no setor comercial destacavam-se os empórios, que vendiam produtos trazidos de outras regiões e produtos coloniais.

Os colonos ao se deslocarem para a região Oeste Paranaense traziam além de seus familiares o imprescindível à unidade produtiva, ferramentas, enxadas, e quando possível, porcos, galinhas e gado. A produção, tanto agrícola quanto animal, era toda destinada ao consumo familiar – subsistência. Apenas a produção excedente era vendida aos armazéns ou empórios. Esse sistema, no qual empórios forneciam produtos aos colonos e compravam a produção excedente, fazia com que a atividade comercial passasse a ter valor mercantil aos colonos, dando início a criação comercial de suínos.

A partir da década de 1960 a suinocultura passou a ser a principal atividade econômica da região, sendo que 70% dos colonos criavam porcos comercialmente, que eram vendidos para Ponta Grossa e Curitiba.

No final da década de 1970 a suinocultura perde espaço para a produção agrícola extensiva, principalmente a de soja, milho e trigo; a agricultura intensiva em capital tecnológico passa a operar junta as agroindústrias, ganhando cada vez mais espaço dentro da economia do oeste do Paraná, tornando-se atualmente a principal atividade da região.

A “atividade agroindustrial vem contribuindo para que a produção agrícola seja, também, transformada, no sentido de maior agregação de valor ao processo produtivo, permitindo uma melhor inserção da região oeste no atual contexto de industrialização do estado do Paraná, bem como das novas exigências atreladas ao processo produtivo globalizado” (BOLETIM DE GEOGRAFIA 18:65-83, 2000). Assim a região oeste apresenta elevado grau de concentração de atividades agroindustriais posicionando-se em 3º lugar no Estado. Destaca-se também por apresentar um bom grau de densidade demográfica (47,22 hab/km²), sendo a média estadual de 47,85 hab/km²; e tem como forte característica a produção de grãos, principalmente a produção de soja – o Paraná, em 2002, produziu 10,6 milhões de toneladas, perdendo apenas para o Estado do Mato Grosso que produziu 13,3 milhões de toneladas. (Fonte: Revista Globo Rural nº 18, abril 2003, p.32).

A região oeste também apresenta um elevado grau de integração inter-regional, através de ligações asfálticas com Ponta Grossa, Curitiba e Paranaguá pelas rodovias BR-376 e BR-227, e rodovias que ligam a região a Campo Mourão, Maringá, Londrina; além de estar no cruzamento de dois dos principais eixos futuros de transporte do Mercosul: a ligação Norte-Sul, entre São Paulo e Buenos Aires, incluindo a navegação a montante da usina hidrelétrica de Itaipu, pelos rios Paraná e Tietê, e, a ligação Leste-Oeste, por via rodoviária, de Paranaguá a Assunção (Paraguai), além da possibilidade de conexões ferroviárias que atingiram não só o Paraguai, mas também o Norte da Argentina, a Bolívia e o Norte do Chile.

A região oeste apresenta ainda, uma característica própria: a de incluir dois pólos de funções econômicas diferenciadas. De um lado, Cascavel, que desempenha papel típico de pólo de uma região de base agrícola, exercendo influência sobre quase todos os municípios da

região, nos setores de comércio, serviços e intermediação financeira. De outro lado, Foz do Iguaçu, que tem duas características principais: grande pólo turístico, não só nacional, como internacional, e, pólo comercial internacional, por ter começado a desempenhar o papel de importador e exportador – no âmbito do Mercosul – para diversos setores produtivos nacionais, interligando-se a mercados fora do âmbito da região. (MAGALHÃES FILHO, 1999).

A região Oeste apresenta a terceira maior participação do Estado em valor adicionado, influenciada principalmente pela produção e distribuição da energia elétrica de Itaipu. Diferencia-se das demais regiões por apresentar três núcleos dinâmicos independentes, fazendo desta região uma das mais desenvolvidas do Paraná e do país.

4 FORMAÇÃO DE UM TERRITÓRIO

O território do Iguaçu foi formado no ano de 1943 a partir de uma região rica em potenciais econômicos que ainda não eram explorados. Sua criação se deu principalmente por meio de ações políticas, que tinham como principal objetivo explorar melhor os recursos naturais de seus territórios em prol do desenvolvimento nacional.

Tratando do conceito de território e o seu significado, descobre-se que este serve tanto como base para o desenvolvimento de uma sociedade, quanto como base para as ações do poder político (Estado-nação). Segundo SOUZA (1995), território é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, e que pode existir e ser construído (e desconstruído) em diversas escalas. A criação do TFI representa bem essa idéia, sendo uma área governada pelo Estado-nação, tendo seus limites estendidos até onde há interesse do governo agir.

Para Friedrich Ratzel, o primeiro grande autor da Geografia Política, o território está associado ao Estado.

Quanto maior for a possibilidade de fragmentação, tanto mais importante se torna o solo (Bodem), que significa tanto o fundamento coerente do Estado quanto o único testemunho palpável e indestrutível de sua unidade (MORAES, 1990).

Vê-se que o território se dá a partir do uso que se faz do solo e da organização política que se faz sobre ele, e quanto mais dividido o solo mais forte o Estado se torna no que diz respeito a impor seu poder a certas frações desse mesmo. É a mesma idéia do plano do governo de Vargas, fundamentada na crença de que ao se dividir os territórios em áreas menores, seria mais fácil de governá-los.

Outro autor da Geografia, Raffestin (1993), propõe que o espaço é anterior ao território. Quando o espaço é ocupado e transformado pelo homem (por meio de ações de poder), este se torna território. Sem deixar de colocar que todo território pressupõe um espaço, não significa que todo espaço é um território, pois se um espaço não possui dinâmica social, não caracteriza um território. Segundo Souza (1995, p. 97) território “*não é o substrato, o espaço social em si, mas sim, um campo de forças, as relações de poder especialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial*”. Sendo assim, o território é um espaço definido e delimitado a partir de relações de poder.

Dessa forma, um espaço pode ser definido, transformado em território, conforme as relações de poder que atuam nele. Poder este, que não está em apenas uma pessoa ou indivíduo, mas sim, em um grupo de pessoas ao qual quem está no poder atua em seu nome. Empresas colonizadoras – como as que colonizaram a região Oeste paranaense – multinacionais e órgãos governamentais são exemplos de relações de poder que transformam espaços em territórios.

Seguindo o pensamento de Ratzel, o território pode ser colocado então como o espaço onde há uma identificação entre o “povo” e seu “Estado”, espaço que não é tratado como território, mas sim, como solo sobre o qual se desenvolve uma pátria. Já na visão de Raffestin, território é o espaço transformado pelo homem, e para Souza, território é o espaço definido a partir de relações de poder. Fica claro que, em todos os pontos levantados, há a participação do Estado, enquanto promotor do território, e fica evidente, a participação do Estado como promotor da criação do TFI, uma vez que a redivisão territorial ocorrida no Oeste do Paraná transformou uma região, praticamente inabitada e selvagem em uma região próspera que despertou interesses de várias empresas que acabaram nela investindo, atingindo assim os objetivos do governo. Mas a prosperidade do TFI só foi possível através do desmembramento, da desterritorialização do Estado do Paraná, o que findou em gerar enfraquecimento econômico deste, que perdeu 25% de seu território.

Raffestin (1993), reforça ainda mais essa idéia de o Estado ser promotor do território quando diz que “*o Estado está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações*” (p.152). Ligações estas, de interesse do Estado – que vê o território como fonte de recursos, por meio das relações existentes entre o território – e das sociedades e as relações de produção.

É por ser uma fonte de recursos que o território torna-se “*condição da ação e projeção da ação (...)*” (RIBEIRO, 2003, p. 30). Ou seja, é por ser, no território, que a sociedade encontra suporte para realizar as relações sociais, que o Estado imprime sua ação política, transformando os territórios, já que é das relações sociais que surgem as relações de produção, e desta última, o desenvolvimento do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, a ação política procura criar um novo território a partir da região Oeste Paranaense, uma vez que esta é uma grande fonte de recursos, tanto naturais, sócio-culturais, quanto econômico. Ao retornar a idéia de desmembrar o Estado do Paraná para se criar um novo Estado, – a partir das regiões Oeste e Sudoeste do mesmo e da região Oeste do Estado de Santa Catarina, – conclui-se que, o Paraná perderia uma de suas principais regiões e esta por sua vez, estando “desligada” das demais regiões das quais era dependente, também seria prejudicada.

Hoje, tendo essa região um papel fundamental para o Paraná e para o país, como foi colocado anteriormente, vê-se que o desmembramento do Oeste Paranaense não passa de uma idéia política, como aquela de 1940. Por meio de ações políticas, procura-se criar um novo território independente, do Estado do Paraná e dos demais Estados do país. Essa nova territorialização significa novas formas de desenvolvimento social e econômico da região em questão. Novas formas desenvolvimento social e econômico que teriam como base uma estrutura econômica centrada nos principais pólos/núcleos econômicos da região: agricultura, nela incorporadas atividades agroindustriais; o turismo, e o comércio exterior. No qual o núcleo da agricultura continuaria sendo base para o desenvolvimento regional, com perspectivas no aumento da produtividade, da competitividade e aberturas de novos mercados, sendo que o núcleo agrícola-agroindustrial criaria diversidade no setor industrial com expansão de ramos ligados à agricultura. O núcleo do comércio exterior apresentaria um maior potencial de desenvolvimento devido a sua localização, como foi abordado anteriormente, estando no cruzamento de dois dos futuros eixos de transporte do Mercosul, e o núcleo do turismo apresentaria um aumento no fluxo de turistas, por meio de um maior incentivo a este setor. Assim, com o retorno do TFI o Paraná perderia uma de suas melhores

regiões, provocando impactos e novas configurações sócio-espaciais para as populações inseridas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GREGORY, Valdir. **Os Eurobrasileiros e o Espaço Colonial. Migração no Oeste do Paraná.** Cascavel: Edunioeste, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

LOPES, Sérgio. **O Território do Iguaçu no contexto da “Marcha para o Oeste”.** Coleção Thésis. Cascavel: Edunioeste, 2002.

MAGALHÃES FILHO, Francisco de Borja Baptista de. **Região da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná – AMOP: características e perspectivas de desenvolvimento.** Curitiba: PARANACIDADE, 1999.

MARTINS, José de Souza. **Henri Lefebvre e o Retorno da Dialética.** São Paulo: Hucitec, 1996.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Ratzel.** São Paulo: Ática, 1990.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Pequena reflexão sobre categorias da teoria crítica do espaço: território usado, território praticado. In: SOUZA, Maria Adélia A. de. **Território brasileiro. Usos e abusos.** Campinas: Territorial, 2003, p.29-40.

SODRÉ, Nelson Werneck. **As Razões da Independência.** 4. ed. São Paulo: Difel, 1986.

SOUZA, M. O Território: sobre o espaço, poder e autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO et al (Orgs). **Geografia conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

WACHOWICZ, Ruy. Obrages, Mensus e Colonos. **História do Oeste paranaense.** Curitiba: Vicentina, 1982.

Gazeta do Povo, 17/11/2003.

O Presente 29/01/2004.

<http://www.tudoparana.globo.com>

<http://www.citybrasil.com.br>

<http://www.celepar.br>

<http://www.frigollete.com.br>